



Global Internal Audit Standards (GIAS)

XVIII Fórum de Auditoria Interna

22.06.2023

Francisco Albino
Luís Lee



Agenda

1. Normas de auditoria para quê?
2. Principais alterações face ao atual IPPF
3. Domínios, Princípios e Normas
4. Calendário de transição



Normas profissionais de auditoria, para quê?

As normas profissionais de auditoria **regulamentam**:

- As condições exigidas para assegurar a **independência** dos profissionais
- A **competência** profissional
- A **metodologia**
de planeamento
de execução
de documentação
- A elaboração e o conteúdo dos **relatórios**
- A tipologia das **conclusões** (algumas).



Normas profissionais de auditoria

- São predominantemente emitidas por **associações profissionais**.
- São **vinculativas** para os profissionais respectivos, no exercício da profissão.
- São **exigidas** para o exercício profissional de:
 - Auditoria financeira
 - Revisão legal das contas
 - Auditoria interna
 - Auditoria governamental



Organizações e normas de auditoria

- Para auditoria financeira
IFAC
OROC
AICPA
PCAOB
- Para auditoria interna
IIA
- Para auditoria pública ou governamental
INTOSAI
GAO

Finalidade das normas de Auditoria Interna

- Estabelecem o padrão que todos os auditores devem cumprir
- São um guia de referência sobre como o auditor deve actuar e conduzir o seu trabalho
- Lançam as bases do nosso trabalho mas não são o objectivo final
- Dão aos nossos clientes/utilizadores a tranquilidade e confiança de que estão a receber um produto/serviço de qualidade.
- **→As normas elevam a profissão!**

(*Why Standards?*, Lily Bi, EVP, IIA, 2023)



Estrutura do actual IPPF



Orientações obrigatórias

- Missão
- Princípios fundamentais
- Definição
- Código de ética
- Normas

Orientações recomendadas

- Orientações de implementação
- Orientações suplementares



Missão da AI

- **Missão:** Aumentar e proteger o valor organizacional através do fornecimento de garantia, aconselhamento e conhecimento objectivos e baseados no risco.
- *“To enhance and protect organizational value by providing risk-based and objective assurance, advice, and insight.”*

(IPPF – IIA, 2017)



Definição de AI

É uma **actividade independente e objectiva**, de **garantia** e de **consultoria**, destinada a **acrescentar valor** e a **melhorar as operações** de uma organização. Ajuda a organização a alcançar os seus objectivos, através de uma abordagem **sistemática e disciplinada**, na **avaliação** e aperfeiçoamento da eficácia dos processos de **gestão do risco, de controlo e de governação.**

(IIA, 2000)



Princípios p/ a Prática Profissional de AI

- Demonstra **integridade**.
- Demonstra **competência** e adequado cuidado profissional.
- É **objectiva** e livre de influências indevidas (independente).
- Está **alinhada** com as estratégias, objectivos e riscos da organização.
- Está apropriadamente **posicionada** e com adequação de recursos.
- Demonstra qualidade e aperfeiçoamento contínuo.
- Comunica com eficácia.
- Fornece garantia baseada no risco.
- É perspicaz, proactiva e focada no futuro.
- Promove o aperfeiçoamento organizacional.



Código de Ética

Princípios relevantes para a profissão e prática de auditoria interna:

- **Integridade**
- **Objectividade**
- **Confidencialidade**
- **Competência**

Regras de conduta que regem o **comportamento que se espera dos auditores internos**. Ajudam na interpretação dos Princípios em aplicações práticas e destinam-se a orientar a conduta ética dos auditores internos.



Normas (*Standards*)

Normas de Atributos

- 1000 – Objectivo, Autoridade e Responsabilidade
- 1100 – Independência e Objectividade
- 1200 – Proficiência e Adequado Cuidado Profissional
- 1300 – Programa de Garantia da Qualidade e de
Aperfeiçoamento



Normas (*Standards*)

Normas de Desempenho

- 2000 – Gestão da Actividade de Auditoria Interna
- 2100 – Natureza do Compromisso
- 2200 – Planeamento do Compromisso
- 2300 – Realização do Compromisso
- 2400 – Comunicação dos Resultados
- 2500 – Monitorização do Progresso
- 2600 – Resolução da Aceitação dos Riscos pela Gestão Superior

Glossário



Do actual IPPF para as GIAS



10 mudanças (propostas):

1. Um novo nome!
2. Uma nova estrutura
3. Novas secções em cada norma
4. Redefinição da missão/propósito da Auditoria Interna (AI)
5. Um domínio sobre Ética e Profissionalismo
6. Novo domínio sobre a governação da função AI
7. Novos requisitos para o programa de garantia e melhoria da qualidade (QAIP)
8. Atenção especial para o sector público
9. Rigoroso processo de definição de normas, com maior enfoque nas partes interessadas e no interesse público
10. Novos termos e glossário revisto e expandido



Do actual IPPF para as GIAS

Orientações obrigatórias

- *Missão*
- *Princípios fundamentais*
- *Definição*
- *Código de ética*
- *Normas*

Orientações recomendadas

- *Orientações de implementação*



Global Internal Audit Standards

- **Orientações suplementares**



Principais alterações

- A actual designação *International Standards for the Professional Practice of Internal Auditing* é mudada para **Global Internal Audit Standards**
- As orientações de implementação (*Implementation Guides*) passam a estar integradas no corpo das Normas
- As normas incluirão os **requisitos**, mas também **considerações sobre a implementação** e **considerações sobre a evidência de conformidade**
- As normas conterão alguns requisitos e indicações para certos tópicos como **sector público**, **pequenas unidades** de auditoria e outros.
- Deixa de haver a separação entre normas de Atributos e normas de Desempenho



Principais alterações

- A actual **numeração** das Normas em 4 dígitos é alterada para uma numeração sequencial dentro de cada Princípio (ver adiante)
- As actuais orientações recomendadas suplementares (*Practice Guides e Global Technology Audit Guides*) manter-se-ão dentro do novo IPPF, como **Guidance**, com alguns ajustamentos.
- O **Domínio I** trata da missão ou **Propósito da AI** tem uma nova formulação (incluindo a actual missão, definição, *core principles*, Norma 1000)
- O **Domínio II - Ética e Profissionalismo** inclui o actual código de ética, norma 1200 e o conceito de ceticismo profissional.
- **Domínio III (novo) - Governança da Função AI**
- No total teremos **5 Domínios, 15 Princípios e 53 Normas**



Os 5 Domínios

- I. Purpose of Internal Auditing (IA)
- II. Ethics and Professionalism
- III. Governing the IA Function
- IV. Managing the IA Function
- V. Performing IA Services





Domínio I – Purpose of Internal Auditing

- **Purpose Statement:**
- Internal auditing enhances the organization's **success** by providing the **board and management** with objective **assurance and advice**.
- A Auditoria Interna promove o sucesso da organização através do fornecimento ao conselho de administração e à gestão de **garantia e aconselhamento** objectivos.



Domínio I – Purpose of Internal Auditing

- Numa organização, a **auditoria interna promove:**
 - A criação de valor, proteção e **sustentabilidade**.
 - Os processos de **governança**, gestão de **risco** e **controlo**.
 - A tomada de decisões e **supervisão**.
 - A **reputação e credibilidade** junto das suas partes interessadas.
 - A capacidade para servir o **interesse público**.



Domínio I – Purpose of Internal Auditing

- A auditoria interna é **mais eficaz** quando:
 - É realizada por auditores internos **qualificados** em conformidade com as Normas Globais de Auditoria Interna, que são estabelecidas no **interesse público**.
 - A função de auditoria interna está posicionada de forma independente, com **responsabilidade direta perante o conselho de administração**.
 - Os auditores internos estão **livres de preconceitos e influências indevidas** e empenhados em realizar avaliações objectivas.



Domínio II – Ethics and Professionalism

- **Domínio II – Ethics and Professionalism** (inclui actual code of ethics, standards 1100, 1200)
- **Princípio 1 – Demonstrate Integrity** (Normas 1.1, 1.2, e 1.3)
 - N 1.1 Honesty and Courage
 - N 1.2 Organization's Ethical Expectations
 - N 1.3 Legal and Professional Behavior
- **Princípio 2 – Maintain Objectivity** (Normas 2.1, 2.2. e 2.3)
 - N 2.1 Individual Objectivity
 - N 2.2 Safeguarding Objectivity
 - N 2.3 Disclosing Impairments to Objectivity



Domínio II – Ethics and Professionalism

Princípio 3 – Demonstrating Competency

N 3.1 Competency

N 3.2 Continuing Professional Development

Princípio 4 – Exercise Due Professional Care

N 4.1 Conformance with Global Internal Audit Standards

N 4.2 Due Professional Care

N 4.3 Professional Skepticism

Princípio 5 – Maintain Confidentiality

N 5.1 Use of Information

N 5.2 Protection of Information



O Futuro e a Excelência da AI



Qual deve ser o enquadramento da função de AI?

*Função de AI → como criar valor?
“contribuição para o sucesso da organização...”*

Como devem ser realizados os serviços de auditoria?

III. Governing the IA Function

Determina os requisitos fundamentais de governação para que a função de AI seja eficaz. Estabelece o **relacionamento entre o Board e o CAE**

Princípio 6 – Autorização

O board estabelece, aprova e apoia → o âmbito e as responsabilidades da função de AI

Princípio 7 – Independência

O board estabelece e protege a independência da função da AI

Princípio 8 – Supervisão

O board supervisiona a função da AI para assegurar a eficácia da função



IV. Managing the IA Function

Determina os requisitos que o CAE deve adotar, na **gestão eficaz da função de AI**

Princípio 9 – Plano estratégico

O CAE deve assegurar que a função de AI cumpra o seu mandato e desenvolva as condições para o sucesso a longo prazo.

Princípio 10 – Recursos

O CAE deve gerir os recursos para implementar a estratégia da função de AI, completar o plano e cumprir o seu mandato.

Princípio 11 – Comunicação

O CAE garante que a função de AI comunica eficazmente com as suas partes interessadas.

Princípio 12 – Qualidade

O CAE assegura conformidade com as Normas Globais de AI e a melhoria contínua do desempenho da função de AI.

V. Performing IA Services

Determina os requisitos na **realização dos compromissos** dos serviços de auditoria (garantias e consultoria – *advisory*)

Princípio 13 – Compromisso

Os auditores internos planeiam cada compromisso, utilizando uma abordagem sistemática e disciplinada.

Princípio 14 – Desenvolvimento do Trabalho

Os auditores internos executam o programa de trabalho de modo a alcançar os objetivos do compromisso.

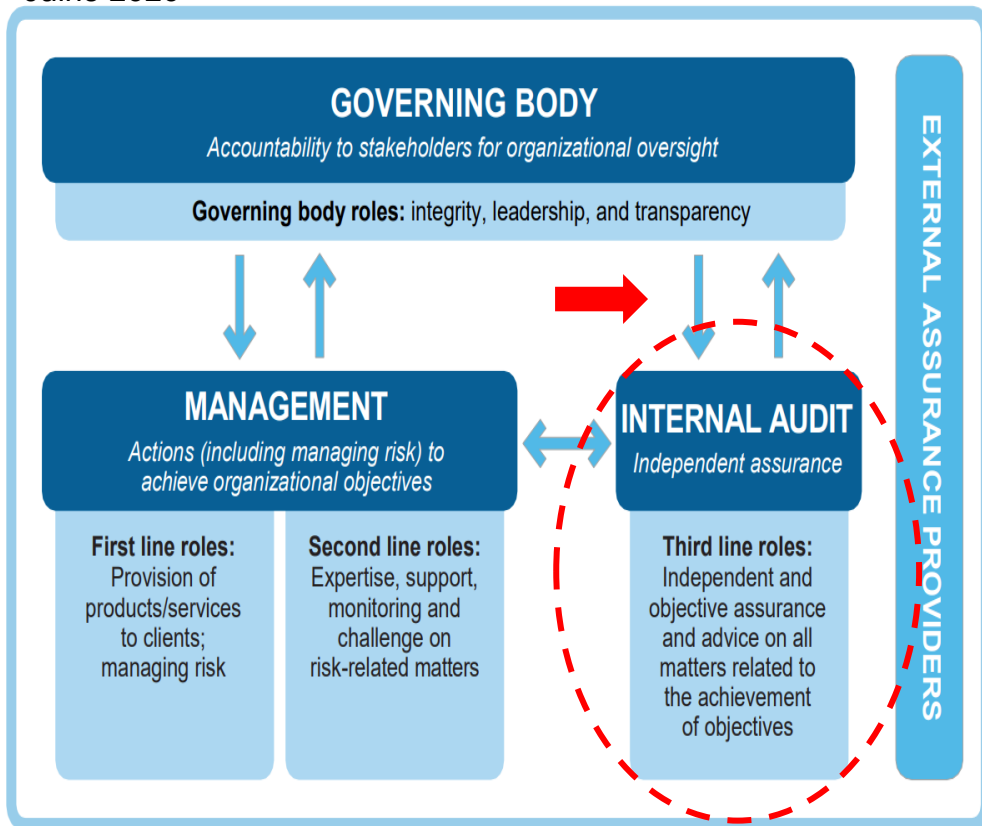
Princípio 15 – Conclusões e Follow-up

Os auditores internos comunicam os resultados e as conclusões do compromisso às partes interessadas e monitorizam o progresso da gestão no sentido da conclusão dos planos de ação (follow-up).



Julho 2020

The IIA's Three Lines Model

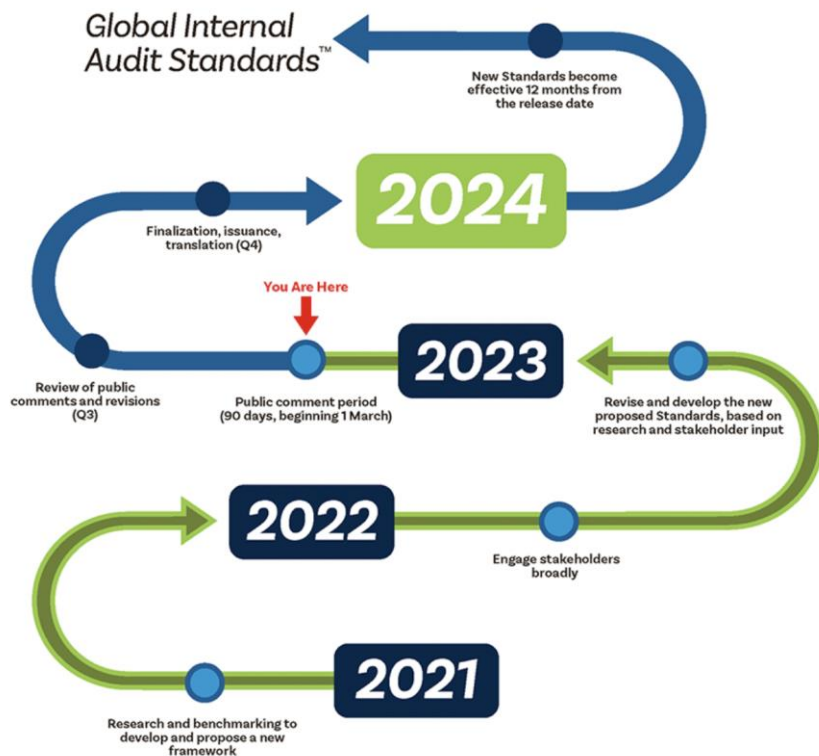


(...) uma nova abordagem sobre as 3 LoD's, pretende clarificar e reforçar os princípios subjacentes ao modo como os papéis organizacionais "chave" devem funcionar conjuntamente, com o objetivo de promover e facilitar uma forte Governança e um processo de Gestão de Risco robusto (...)

Governing body roles	Deve assegurar: (a) estrutura e processos que desenvolva uma governança efetiva , e (b) os objetivos e atividades estão alinhados com os interesses prioritários dos stakeholders. Modo de actuação: (a) delegar responsabilidades e providenciar os recursos ao management na prossecução dos seus objetivos e missão, e (b) estabelecer uma supervisão independente, objetiva e a função de auditoria interna competente.
Mgmt and first and second lines roles	Responsabilidades da " Primeira linha " - atividades e processos relacionados com a entrega de produtos e/ou serviços aos clientes, incluindo todas as funções de suporte. Responsabilidades da " Segunda linha " - providencia suporte ao processo de gestão de risco (ex: compliance, controlo interno, ética, segurança dos sistemas de informação, sustentabilidade, etc.) <u>As duas linhas de responsabilidade estão inter relacionadas e por vezes consolidadas.</u>
Third lines roles	A auditoria interna providencia garantias objetivas e independentes, e aconselhamento sobre a adequação e eficácia do processo de gestão de riscos.



Calendário do futuro IPPF (2024)



- 2021 – Research and benchmarking to develop and propose a new framework
- 2022 – Engage stakeholders broadly. Revise and develop the new proposed *Standards*, based on research and stakeholder input
- Early 2023 – Expose the **proposed draft of the new *Standards* for public comment** (01.Mar – 31.May)
- Late 2023 – **Release the new *Standards***
- 2023 – Refresh the IPPF Guidance (Practice Guides) and relevant products
- Late 2024 – New *Standards* **become effective 12 (TBD) months** from the release date



Exames de certificação em Auditoria Interna

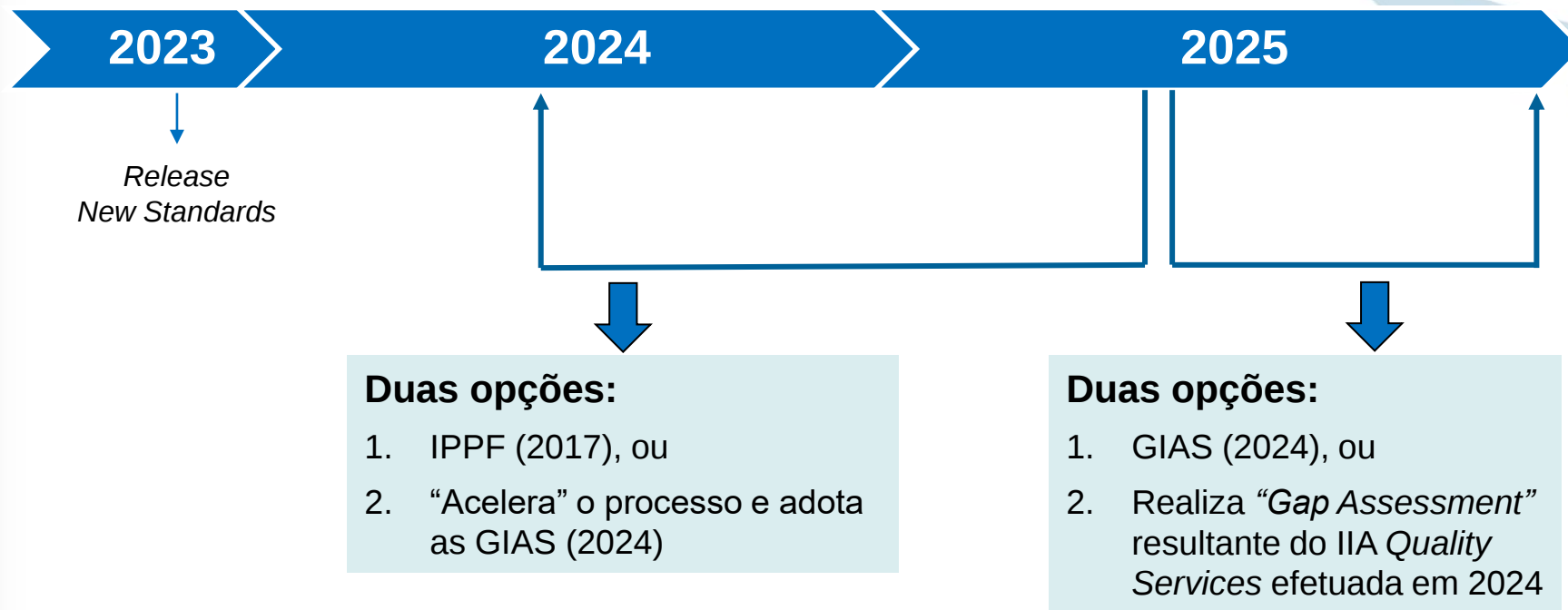
CIA:

- Não haverá mudanças nos programas dos exames (nem do *CIA Learning System*) até **Março de 2025**.
- O IIA anunciará com **um ano de antecedência** as mudanças dos programas.
- Os candidatos que já estão no programa de certificação terão um **período de transição** para completarem o programa em que se inscreveram.

CRMA: Não estão previstas modificações no programa do exame.

IAP: O exame e o modulo de preparação não serão actualizados antes de **Julho de 2024**.

QAIP – período de transição



Nota: O atual **manual de avaliação da qualidade** permanece em vigor e é válido até à sua atualização. Está previsto a publicação do novo manual em **finais de 2023 ou início de 2024**.



Questões?

Obrigado!